

A revolução contra a democracia liberal



Por **LUIZ MARQUES***

O sentido de urgência dos apelos do campo democrático-popular é real

Depois das mobilizações de 2 de outubro, capilarizadas por cidades no país e no exterior, as avaliações sobre os acontecimentos convergiram. Ao reunir partidos políticos, movimentos sociais, centrais sindicais e agrupamentos opositores ao desgoverno liderado por Jair Bolsonaro, os atos promovidos condensaram a insatisfação orgânica da sociedade, frente a crise pandêmica e econômica. Contudo, pontuações formuladas sobre as manifestações instigam algumas ponderações, tendo em vista os próximos passos. No teatro político não se deve perder a essência do social, embora a tentação para as personalizações de ocasião.

As movimentações que chegaram a 700 mil manifestantes, somados, se repetem sem significativo aumento de adesões, incapazes de ultrapassar a barreira do milhão. Ao que junta-se a notícia de que o Genocida imantou uma avalanche de seguidores (entre robôs e robotizados) na terra sem lei do Instagram. Outros arguem que problemas materiais de locomoção do pobretariado criam um muro quase intransponível nas periferias. O fato é que a chave mobilizadora não achou a fechadura das demandas decorrentes de constrangimentos pungentes. Isso contribuiu para limitar a presença dos que estão empenhados na luta traumática pela sobrevivência. A desigualdade social se refletiu na participação política.

É inevitável o destaque na pauta que, de início, restringia-se ao *impeachment* do miliciano armamentista e à vacinação ampla, geral e irrestrita. A inflação bateu em dois dígitos, em média. A fome, o desemprego, as ocupações precárias, a informalidade, os despejos por falta de pagamento dos aluguéis tornaram o viver uma condenação infernal para as maiorias crivadas pela exploração. Explica-se a absorção contínua das demandas prementes, sentidas no cotidiano, como o preço inflacionário da gasolina, do gás de cozinha e dos alimentos.

Havia descompasso entre o momento político e o momento socioeconômico no portal das concentrações. A consigna “Fora Bolsonaro” exprimia um grau de politização que não interpelava o conjunto da cidadania. Não correspondia às carências imediatas de baixíssima renda. Assim, não efetivou as mediações nas mentes e nos corações do povo. O “concreto” é o imbricamento dialético do empírico com o abstrato, na consciência. A denúncia de centenas de milhares de mortos, pela incúria e prevaricação na aquisição de imunizantes, bem como pela escolha oficiosa de combate à pandemia com imunidade de rebanho por contaminação, sem vacinação – não ajudou a dar “concretude” às palavras de ordem.

Tradicionalismo vs. Modernidade

O negacionismo apresentado com o galardão fetichista da liberdade individual não se resumiu à insurgência do primeiro mandatário *et caterva*. Foi encampado pelos templos neopentecostais que contestavam a proibição sanitária das aglomerações, de olho no dízimo, e pelo Conselho Federal de Medicina ao coonestar a prescrição de remédios charlatanescos responsáveis, não por curas, senão por óbitos. A saber, a Hidroxicloroquina e que tais recomendados por agentes ideologizados que pretextavam total independência no (mal) trato dos pacientes. Mas não iam aos velórios. Trata-se da rebelião contra os controles.

A gravação em que o presidente do CFM afirma que “está com o Bolsonaro” porque os governos do Partido dos

Trabalhadores (PT) fundaram cursos “para popularizar a medicina” fala por si. O depoimento, mesquinho, menospreza o compromisso ético-profissional da categoria com a saúde dos brasileiros(as), ao propugnar o atalho da escassez da oferta de serviços para impulsionar os rendimentos auferidos pela categoria. O dirigente da entidade justificou a observação satírica, do escritor Eric Nepomuceno, sobre aqueles que “confundem o juramento de Hipócrates (o trigo) com o juramento de hipócritas (o joio)”.

Na mídia empresarial, a celeuma sobre as soluções milagrosas, anticientíficas, virou um falso confronto de “narrativas” de igual relevância cognitiva. Os embates foram palco da disputa entre o Tradicionalismo de extrema-direita e os valores da Modernidade (a ciência, as universidades, a Organização Mundial da Saúde / OMS). A noção de que as áreas de conhecimento expressavam apenas narrativas nasceu com as reflexões pós-modernas que, de forma involuntária, levaram água ao moinho do obscurantismo. Verdade e mentira se converteram então em duas faces da mesma moeda. Ao freguês coube a opção no menu. A liberdade de expressão travestiu a disseminação de opiniões bizarras atentatórias à vida.

A conjunção de fatores, que vão da pauta reivindicatória (politicista, quando dissociada da base socioeconômica) às condições de pobreza e miséria de milhões de famílias, desembocou em estatísticas que indicam nos eventos da oposição um percentual majoritário de partícipes com extração nas camadas intermediárias. Há que combinar as esferas, política e socioeconômica, para dar um salto de qualidade visível na demonstração da “potência plebeia”. As manifestações anteriores foram adequadas e impactantes o suficiente para conter o desfile verde-amarelo do cheiroso time de rua da CBF. Agora, cobram ajustes e aperfeiçoamentos para prosseguirem. Como sói acontecer na história, a experiência abriu as janelas do entendimento. É hora de tirar lições e ir adiante. Com humildade e vigor.

Solidariedade material intraclasses

As investidas servis às “elites” do usurpador decorativo, Michel Temer, contra os sindicatos causaram estragos. Imitou-se nos Trópicos o combate de Margaret Thatcher aos enclaves dos trabalhadores, na Inglaterra. O ataque às conquistas sociais e direitos adquiridos começou pelo desmantelamento das ações dos sindicalistas. Uma das consequências mais nefastas da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) foi o fim da contribuição sindical obrigatória, portanto, da capacidade de arrecimação dos sindicatos. A aceleração do desemprego, aliada ao processo de desindustrialização, cumpre idêntica função desagregadora. O sindicalismo é a guarda popular do Estado, em qualquer democracia. Bolsonaro não inventou nada inédito para ferrar com os interesses do bloco dos assalariados. Seguiu a cartilha, falando grosso com o trabalho e, fino, com o capital.

As questões materiais, que dificultam a incorporação de segmentos sociais aos cortejos de massas por mudanças estruturais contra a destruição da sociabilidade democrática, pesam na resposta (moral-política) às convocatórias avessas à continuidade do despresidente perverso no comando da nação. O poder do dinheiro não influi somente na composição da representação nas casas legislativas. Influi também no acesso aos meios de transporte até os locais de realização dos protestos. O decrescimento econômico atinge principalmente guerreiros(as) e batalhadores(as), que moram distantes dos pontos convencionais de encontro chamados pelos coletivos da seara republicana. É, como é. Que fazer?

Eis o nó a desatar. Num plano, dialeticamente, conciliar a agenda política com a agenda socioeconômica, através de bandeiras que dialoguem de maneira horizontal com as carências que coíbem inclusive a reprodução da força de trabalho, e que recrudescem dia a dia. Noutro plano, solidariamente, elaborar estratégias para que os condicionamentos materiais possam ser superados pela contribuição voluntária aos deslocamentos. Setores democráticos da classe média teriam a oportunidade de cimentar o seu espírito crítico.

Isso poderia ser equalizado com a formação de “Ligas em Favor dos Atos Pró-Democracia” para arrecadações com tal finalidade, sob supervisão dos organizadores por territórios delimitados. Não faltaria a empatia intraclasses. De cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades, reza a máxima. Marx e Engels, ao aludir as visões de mundo, mencionaram a “*révolution dans la tête des ouvriers* / revolução na cabeça dos operários”, lê-se em um verbete de George Labica e Gérard Bensussan (*Dictionnaire Critique du Marxisme*, Ed. PUF). Aqui, o propósito é permitir que os corpos se movam com autonomia política, sem grillhões. O solidarismo militante pode alavancar a práxis política.

O sentido de urgência para o Brasil

O filósofo greco-francês, que chegou a acompanhar assembleias do Orçamento Participativo (OP) em Porto Alegre nos anos 90, Cornelius Castoriadis (*La Cité et les Lois*, Ed. Seuil), classificou as conjunturas limítrofes como “um período revolucionário em que cada um deixa de ficar em casa, sendo o que se é, sapateiro, jornalista, trabalhador ou médico, e se torna um cidadão ativo que quer algo para a sociedade e sua instituição, e considera que a realização desse algo depende diretamente dele e dos outros e não de uma votação ou do que seus representantes farão em seu lugar”. Equalizar a relação de meios e fins implica democratizar o *animus* da intervenção cidadã para a consecução de avanços civilizatórios. Não basta a razão, há que metabolizar com as próprias vísceras o sentimento da razão.

A disposição anímica, tanto pode ter vetor progressista, quanto reacionário. A subjetivação bolsonarista processou o mito de uma revolução contra a democracia liberal. Prova de que a união do autoritarismo com o liberalismo econômico fagocitou o liberalismo político (de arrastão, a terceira via). Enterrou a fantasia do social-liberalismo. Não importa, para o imaginário fascista, a rendição de lesa-pátria de Bolsonaro ao Centrão para não cair da cadeira presidencial. Importa, para o esforço de compreensão do fenômeno, que a existência de condições histórico-sociais forneceu elementos à convicção de que a irrupção extremista de direita deflagrou o aparatoso revolucionarismo. A apropriação da recusa sistêmica ao que está-aí é uma força poderosa, nas mãos de um séquito forjado no ódio à igualdade.

Focar nas eleições vindouras para efetuar mudanças é apostar demasiadas fichas na combalida institucionalidade. É ignorar a deslegitimação a que as instituições da República se submeteram com um silêncio obsequioso, perante as ilegalidades da Lava Jato ao pavimentar a queda da presidenta Dilma Rousseff (2016) e o impedimento da candidatura de Lula da Silva (2018) ao propiciar a ascensão do fascismo. O drama envolveu o Supremo Tribunal Federal (STF), ninguém duvida. Se o politicismo é um equívoco, pois, o institucionalismo o é em dobro nas circunstâncias atuais. Anda-se no fio. Acenar com a governabilidade de novo tipo é crucial para mostrar a luz da esperança no fim do túnel.

No mar revolto da destruição neoliberal que engolfa direitos sociais e trabalhistas, os afogados não têm fôlego para esperar o bote salva-vidas. O sentido de urgência dos apelos do campo democrático-popular é real. O Brasil não aguenta mais. O entrelaçamento (tecido em palavras de ordem) da política com o socioeconômico, a cooperação classista à materialidade das mobilizações para transcender o pesadelo em curso e, junto, os resultados colhidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 contribuirão para esquentar o sentido de urgência. O mesmo não se equipara ao irracionalismo filosófico do elã golpista, por óbvio. Este, compete em uma raia de cem metros. Os socialistas e democratas correm na maratona para reconstruir o país. A energia para manter privilégios atávicos é distinta da luta democratizante pela distribuição do direito a ter direitos. A empreitada antifascista e antineoliberal deve prosseguir avançando, palmo a palmo.

Em suma, esse é o caminho para dirimir as profundas desigualdades sociais e para usufruir das liberdades coletivas fiadoras das autênticas liberdades individuais. Nada a ver com a desobediência narcísico-arrogante às orientações e aos protocolos estabelecidos pelas autoridades sanitárias, o escárnio ao isolamento social, as receitas medicamentosas que prometem o que não cumprem, a indiferença com o sofrimento do povo trabalhador ou com a responsabilização da democracia liberal pelos crimes do capitalismo de garras afiadas pela financeirização. Tudo a ver com a humanização da sociedade. – *Hasta la victoria!*

***Luiz Marques** é professor de ciência política na UFRGS. Foi secretário estadual de cultura do Rio Grande do Sul no governo Olívio Dutra.